

ATO NACIONAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA SOBERANIA NACIONAL

Mensagem de **Dermeval Saviani**,

Professor Emérito da UNICAMP, Pesquisador Emérito do CNPq e Doutor "Honoris Causa" pela Universidade Tiradentes, de Sergipe, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Impossibilitado de comparecer pessoalmente nesse importante ato, envio a seguinte mensagem:

Cumprimentando a todas as pessoas presentes quero, inicialmente, parabenizar o Fórum Nacional Popular de Educação pela iniciativa de organizar este ato nesta Casa do Povo Brasileiro.

Sim, estamos na Casa do Povo Brasileiro que, no exercício de sua soberania, elegeu os deputados – e também os senadores – como seus representantes para aqui trabalharem em prol das necessidades e interesses populares. Democracia, com efeito, é o regime político baseado na soberania popular. E o povo, para exercer sua soberania, necessita ser educado. A oferta de uma educação pública acessível, em igualdade de condições, a toda a população emerge, pois, como a primeira necessidade para que o povo brasileiro possa decidir sobre seu destino. E é óbvio que um povo só poderá decidir soberanamente sobre seu destino se viver numa nação soberana. E hoje, infelizmente, estamos vivendo uma situação no Brasil em que tanto a educação como a soberania do país encontram-se fortemente ameaçadas. Portanto, é extremamente oportuna, revestindo-se da máxima relevância, a realização deste **Ato em Defesa da Educação Pública e da Soberania Nacional**.

Num momento em que a educação pública parecia obter sua alforria com a aprovação, em 25 de junho de 2014, do Plano Nacional de Educação, que estipulava a meta de 7% do PIB a ser atingida em 2019 e 10 % em 2024, metas essas que seriam viabilizadas com a destinação de parcela considerável dos recursos obtidos com a exploração do petróleo extraído da camada do pré-sal, fomos surpreendidos com a aprovação da Emenda 95, a chamada Emenda do Teto de Gastos, e com a abertura da exploração do Pré-Sal para a exploração por empresas estrangeiras. Esse foi um duro golpe desferido tanto na educação como na soberania nacional. Precisamos, então, urgentemente reverter esse golpe. E, para isso, será necessário, além de estancar o processo de desnacionalização da economia do país, revogar a Emenda 95. No entanto, a defesa da educação, com a ampliação significativa dos recursos a ela destinados, não precisa esperar essa revogação e deve, portanto, se iniciar imediatamente. Explico, a seguir, o motivo dessa afirmação.

A Emenda 95 é conhecida como a "emenda do teto dos gastos", ou seja, ela proíbe, por 20 anos, a ampliação dos gastos públicos para além do índice de inflação aplicado ao orçamento do exercício anual anterior. E, no texto da Emenda, o conceito de referência para a fixação do limite ou teto dos gastos é o de "despesas primárias". Ora, os recursos

destinados à educação não constituem gastos ou despesas. Portanto, rigorosamente, não devem ser atingidos pela Emenda 95.

De fato, desde o século XIX quando os principais países, para assegurar a instrução das respectivas populações, tomaram a decisão de instituir os seus sistemas nacionais de ensino, assim procederam considerando que se tratava de um investimento de alto retorno não se tratando, jamais, de gastos ou despesas a onerarem os cofres públicos. Aliás, isso não escapou sequer aos nossos políticos mesmo no tempo do império, ainda que nosso país tenha adiado indefinidamente a decisão de instituir o próprio sistema nacional de ensino, até hoje não efetivado. Ilustra essa percepção generalizada de que os recursos para a educação constituem investimento e não gasto ou despesa, a afirmação de Almeida Oliveira proferida na Sessão de 18 de setembro de 1882 do Parlamento Brasileiro: "na instrução pública está o segredo da multiplicação dos pães, e o ensino restitui cento por cento o que com ele se gasta".

À luz dessa compreensão, cumpre entender que a educação é um bem de produção, e não um simples bem de consumo, como, aliás, já foi explicitado pela teoria do capital humano. Portanto, não faz sentido a dicotomia entre educação e economia, como se o investimento em educação configurasse a retirada de recursos que seriam destinados ao desenvolvimento econômico.

O que está em causa é a mudança do modelo de desenvolvimento econômico. Até agora o modelo vem tendo por eixo o automóvel, o que se evidencia no fordismo, depois substituído pelo toyotismo, com todos os efeitos colaterais negativos daí decorrentes: verticalização das cidades, congestionamento do tráfego, poluição ambiental, aquecimento global, além do seu caráter concentrador da renda com o aprofundamento das desigualdades sociais.

A mudança desse eixo para a educação permitirá um desenvolvimento com maior distribuição da renda e estimulador da igualdade social e, além de não apresentar efeitos colaterais negativos, já traz consigo o antídoto aos efeitos negativos, como se constata na educação ambiental, educação para o trânsito etc.

Em suma, o problema todo se resume na questão da estratégia de desenvolvimento do país. Se quisermos, de fato, promover o desenvolvimento do Brasil é preciso definir o fator estratégico a partir do qual todas as energias da nação serão mobilizadas.

Consideremos o reconhecimento consensual de que vivemos na sociedade do conhecimento; de que nesse tipo de sociedade a educação formal é a chave sem a qual todas as portas tendem a ser fechadas. Sem essa chave os indivíduos ficam excluídos e as organizações, inclusive as empresas, perdendo em produtividade, acabam tragadas na voragem da competitividade. Esse é o discurso que está na boca da maioria das pessoas, com destaque para os empresários e políticos. Assumamos, pois, esse consenso, o que implicará eleger a educação como o fator estratégico de desenvolvimento do país. Isto é: o ponto de partida do desenvolvimento será o investimento maciço na educação, o que implica carrear para ela todos os recursos disponíveis.

Assim procedendo veremos que não se trata de colocar os recursos para a educação em competição com outras áreas necessitadas como saúde, segurança, estradas, pobreza, previdência, combate à fome e ao desemprego, habitação, infraestrutura energética, preservação ambiental etc. Ao contrário, a educação será a via escolhida para atacar de frente, e simultaneamente, todos esses problemas.

Com efeito, se ampliarmos o número de escolas tornando-as capazes de absorver toda a população em idade escolar nos vários níveis e modalidades de ensino, a indústria da construção civil, com todos os seus sucedâneos, como as indústrias da produção de móveis, de aparelhos sanitários etc., serão dinamizadas. Se povoarmos essas escolas com todos os profissionais de que elas necessitam, em especial com professores em tempo integral e bem remunerados, nós estaremos atacando o problema do desemprego diretamente, pois serão criados milhões de empregos. Estaremos atacando o problema da segurança, pois estaremos retirando das ruas e do assédio do tráfico de drogas um grande contingente de crianças e jovens. Mas, principalmente, estaremos atacando todos os demais problemas, pois estaremos promovendo o desenvolvimento econômico, uma vez que esses milhões de pessoas com bons salários irão consumir e, com isso, ativar o comércio que, por sua vez, ativará o setor produtivo (indústria e agricultura) que irá produzir mais, contratar mais trabalhadores.

A implementação desse projeto provocará o crescimento exponencial da arrecadação de impostos. Com eles o Estado poderá resolver os problemas de infraestrutura não apenas de transporte, mas também de energia, abastecimento, meio-ambiente, etc. e arcar com os programas sociais destinados ao agora reduzidos grupos de não incluídos nesse amplo processo de desenvolvimento geral do país. E, claro, será resolvido também o problema da qualidade da educação: transformada a docência numa profissão atraente socialmente em razão da sensível melhoria salarial e das condições de trabalho, para ela serão atraídos muitos jovens dispostos a investir seus recursos, tempo e energias numa alta qualificação obtida em graduações de longa duração e em cursos de pós-graduação. Com um quadro de professores altamente qualificados estaremos formando os tão decantados cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes para ocupar os postos do fervilhante mercado de trabalho de um país que recupera, a pleno vapor, sua capacidade produtiva. Estaria criado, por esse caminho, o tão desejado círculo virtuoso do desenvolvimento.

Educação é, pois, um investimento – e dos mais rentáveis – não sendo, em hipótese alguma, simplesmente gasto ou despesa. Portanto, sequer está sujeita à determinação da Emenda 95.

Vejam, aí, como poderemos retomar o crescimento econômico, o grande problema com o qual o Brasil vem se debatendo atualmente e no qual se afunda cada vez mais, uma vez que o atual governo vem tomando medidas invertidas que, em lugar de ativar a economia, a inviabiliza totalmente. Com efeito, como ativar a economia com o corte de salários e a redução drástica do poder aquisitivo da população? Sem poder de compra não há vendas. Sem vendas não há produção. Sem produção não há empregos. Sem empregos,

não há salários. Sem salários não há poder de compra, num círculo vicioso que conduz a economia a uma recessão cada vez mais profunda num país dotado de tantos recursos que lhe permitiriam, sem nenhuma dúvida, colocar-se entre as economias mais pujantes do planeta.

Enfim, por que os parlamentares não levam em conta a auditoria cidadã do serviço da dívida pela qual Maria Lúcia Fatorelli vem mostrando, há anos, que o país dispõe de recursos financeiros que desmentem os cálculos distorcidos pelos quais se afirma a falência do Estado brasileiro justificando as reformas regressivas que estão sendo propostas? Por que não acatam os resultados do estudo do grupo de pesquisadores do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Unicamp, que se encontram no texto inédito intitulado “A falsificação nas contas oficiais da Reforma da Previdência: o caso do Regime Geral de Previdência Social” no qual fica demonstrado que o governo falseou os dados para justificar a reforma draconiana que retira o direito dos trabalhadores a uma aposentadoria digna? Está na hora de, em lugar de desqualificar o trabalho dos pesquisadores, como vem fazendo o governo, tomar os resultados científicos como base para a definição das políticas que permitirão ao Brasil sair do caos em que se encontra. Tal é o propósito deste Ato em Defesa da Educação Pública e da Soberania Nacional que, espera-se, venha a sensibilizar o Parlamento Brasileiro para que opere uma radical correção de rumos na atividade legislativa revertendo as políticas antinacionais e antipopulares que vêm sendo propostas pelo atual governo.